

Uma metodologia para a análise do pensamento econômico a partir da *Ontologia* de Lukács: o caso do movimento marginalista

Lucas Galvão de Mesquita¹

Resumo: Neste artigo desenvolvo uma metodologia para a pesquisa na história do pensamento econômico. Fundamento-me no trabalho de György Lukács em *Para uma Ontologia do Ser Social*: a linha argumentativa do artigo acompanha o que este autor chamou de análise genética. O argumento é enriquecido com a percepção de Roy Bhaskar da atividade científica como uma atividade de trabalho. Por fim, realizo um retorno à obra de Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, e pondero em que medida ela pode esclarecer a compreensão da chamada Revolução Marginalista. O artigo sustenta a necessidade da pesquisa na história das ideias ter um caráter *post festum*. Assim, a atividade de pesquisa deve identificar o campo de possibilidades aberto em cada período histórico e explicar como, deste campo, puderam emergir determinadas teorias científicas como respostas às tarefas postas pelo desenvolvimento socioeconômico.

1. Introdução

A discussão a respeito da chamada Revolução Marginalista se encontra em uma situação contraditória: se, por um lado, a publicação das três obras no início da década de 1870 que marcaram o avanço decisivo da teoria do valor-utilidade² ainda é fundamento de questões polêmicas na história do pensamento econômico, por outro lado há dificuldade de encontrar novos trabalhos de impacto, que tragam caminhos metodológicos decisivos para a análise desse conjunto de problemas não resolvidos. No Brasil, quase dez anos de ausência da temática na Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política revela a falta de novidade no tema³. O estranho quadro que se apresenta, portanto, é um campo com questões fundamentais sem resolução consensual na literatura no qual não surge, pelo menos desde o início do século, um trabalho de impacto suficiente para movimentar o debate e apontar soluções definidoras.

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF) e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx).

2 Refiro-me, como é de amplo conhecimento entre os economistas, às obras de Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras, respectivamente um britânico, austríaco e francês, que publicaram Teoria da Economia Política (1871), Princípios de Economia Política (1871) e Elementos de Economia Política (1874).

3 As edições digitais da revista desde de 2013 podem ser consultadas no link <http://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/issue/archive>. Também na revista da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) não é possível encontrar, desde pelo menos o ano 2000, artigo que trata especificamente dessa temática. Ver <https://www.sciencedirect.com/journal/economia>. Ambos os acessos foram realizados em 12 de fevereiro de 2020. De modo similar, na pesquisa bibliográfica realizada em língua estrangeira não surgiu trabalho de impacto publicado no século XXI que tratasse diretamente da Revolução Marginalista.

A polêmica se inicia na própria caracterização do fenômeno como uma revolução científica, categoria que faz referência ao trabalho de Thomas Kuhn⁴. É possível encontrar opiniões quase que em extremos opostos. Screpanti e Zamagni defendem que o fenômeno foi uma revolução com o argumento de que não há continuidade entre a teoria clássica e o pensamento marginalista desenvolvido a partir da década de 1870⁵. Entretanto, Blaug é cético em relação ao caráter revolucionário do movimento. O autor salienta que, apesar do surgimento da teoria do valor-utilidade não ter sido resultado lógico da economia clássica, somente em um sentido muito restrito se pode falar em um novo paradigma compartilhado pela tríade marginalista. Além disso, tratar-se-ia não de algo inédito, mas sim da transformação gradual de antigas ideias que não ocorreu de súbito na década de 1870, mas demorou ao menos vinte ou trinta anos para se completar⁶. Hutchison⁷, por sua vez, salienta que o termo “revolução” é adequado quando se observa que houve rápido declínio da economia política clássica inglesa de uma posição de quase absoluta autoridade no fim de 1860’ e início de 1870’, mas não se pode falar em revolução se o termo significar uma imediata substituição de um regime dominante por outro⁸.

Dentre aqueles que reconhecem a existência de uma revolução científica, também não há consenso na explicação para o surgimento das três obras que deram origem à Revolução Marginalista. Esse evento se torna enigmático uma vez que, por um lado, há algum acordo que tais obras rompem com a ortodoxia científica então prevalecente e apresentam entre si uma estrutura teórica similar, mas, por outro lado, elas surgiram em países distintos da Europa, no curto período de quatro anos e não houve, inicialmente, contato direto entre seus autores. A situação se complica porque a problemática do surgimento das obras vem acompanhada de outra, a saber, os motivos da posterior hegemonia dessas teorias – muito embora, em geral, sejam dadas explicações independentes a esses dois fenômenos. Podemos encontrar, em relação a essas duas questões, interpretações que salientam a transformação da ciência econômica em uma disciplina acadêmica nas últimas décadas do século XIX⁹, análises que colocam em primeiro plano o embate contra o

4 KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

5 SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. *An outline of the history of economic thought*. 2. ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005, pp. 167-170.

6 BLAUG, M. *Economic theory in retrospect*. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, pp. 305-307.

7 HUTCHISON, T. The "Marginal Revolution" and the Decline and Fall of English Classical Political Economy. In: BLACK, R; COATS, A; GOODWIN, C (ed.). *The Marginal Revolution in Economics: Interpretation and Evaluation*. Durham: Duke University Press, 1973. p. 176-202. p. 185.

8 A intenção, aqui, é somente apontar para a disparidade de interpretações e argumentos. De modo algum se pretende revisar as principais posições diante dessa problemática. Para a pessoa interessada, uma boa sistematização inicial, de onde fica mais fácil iniciar uma revisão bibliográfica, se encontra em STEEDMAN, I. Jevons's Theory of Political Economy and the 'Marginalist Revolution'. In: *The European Journal of the History of Economic Thought*, Manchester, v. 4, p. 43-64, 1997, pp. 43-50.

9 STIGLER, G. The Adoption of the Marginal Utility Theory. In: BLACK, R; COATS, A; GOODWIN, C (ed.). *The Marginal Revolution in Economics: Interpretation and Evaluation*. Durham: Duke University Press, 1973. p. 305-320, pp. 310-311.

socialismo – desde os anti-ricardianos da década de 1830 até os antimarxistas das décadas finais do século¹⁰ –, argumentos que defendem que o aparecimento da tríade marginalista na década de 1870 não pode ter, como causa, somente questões ideológicas, pois os autores foram motivados por problemas científicos legítimos ligados a demandas sociais reais¹¹ e, por fim, para não estender demasiadamente a lista, a defesa da existência de uma multiplicidade de causas sem nenhuma hierarquia explicativa entre elas¹².

Dos breves comentários acima conclui-se que as problemáticas fundamentais da chamada Revolução Marginalista dizem respeito tanto ao ser deste fenômeno quanto aos determinantes de sua emergência e desenvolvimento. Mais concretamente, primeiro, cada posição apresentada tem como fundamento determinada concepção sobre *o que é* uma revolução científica. Com efeito, somente em posse de tal concepção faz sentido construir uma linha argumentativa que relacione a ocorrência de uma revolução científica, ou sua negação, com a existência ou não de precursores, a quebra ou não de um núcleo teórico dominante, a substituição imediata ou não de paradigmas, etc.

Os demais problemas envolvem questões ainda mais complexas mas que igualmente são os pressupostos do debate, os fundamentos dos diversos posicionamentos, a saber, quais são os determinantes da emergência do pensamento científico e o que determina a dinâmica de seu movimento, ou seja, o que faz uma teoria dominante permanecer ou não dominante e o que faz uma teoria marginal assumir a posição de hegemonia. Se eliminarmos a validade de uma explicação que isole a ciência da totalidade do ser social, então o excuro teórico necessário para delimitar tais fundamentos também deverá sustentar uma concepção mínima sobre o que é a sociedade e qual a relação entre o complexo da ciência econômica e os demais elementos constitutivos do ser social.

Uma excursão teórica desse porte representa um distanciamento do debate imediato da história do pensamento econômico, porém um movimento necessário para resolver os problemas fundamentais que aparecem em seu âmbito. Com efeito, o desenvolvimento da metodologia para tratar desses fatos, a identificação das conexões existentes entre eles, a determinação de quais deles têm poder predominante no curso dos acontecimentos históricos, etc, só podem surgir das concepções mais fundamentais apontadas acima. Apesar de necessária, a mera retomada dos escritos originais ou demais documentos históricos para testar teorias sobre a Revolução Marginalista não é suficiente para avançar decisivamente nessas questões.

10 SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. *An outline of the history of economic thought*. 2. ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005, pp. 171-172.

11 CLARKE, S. *Marx, marginalism & modern sociology: from Adam Smith to Max Weber*. 2. ed. Londres: MacMillan, 1991, pp. 182.

12 BLAUG, M. *Economic theory in retrospect*. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 307.

Para realizar essa digressão sobre o ser da ciência econômica faremos o que György Lukács chamou de análise genética¹³ em *Para uma ontologia do ser social*, obra na qual o autor desenvolve uma relação explícita – e, possivelmente, o momento em que isso foi feito de modo mais fecundo na história da filosofia – entre as tradições filosóficas do materialismo e da dialética. Somente a partir da análise genética é possível identificar a peculiaridade da relação entre diferentes formas de ser que será a chave para a compreensão da dinâmica do pensamento econômico. Refiro-me à gênese de um ser a partir de formas de ser já existentes. Desta emergência, a nova forma de ser carrega determinantes, propriedades, etc, das formas de ser precedentes, pois aquelas antigas formas de ser permanecem o fundamento insuprimível da existência e reprodução do novo ser¹⁴. Isso desautoriza a análise teórica a buscar uma explicação autônoma para a constituição e linha de desenvolvimento da forma de ser emergente. Ao mesmo tempo, necessariamente o novo ser ganha autonomia relativa, pois apresenta constituição e legalidades próprias de movimento. Assim, ele é irreduzível às formas de ser que lhes são fundantes, o que desautoriza a análise teórica de deduzir a constituição deste ser em dado momento histórico das formas de ser que o originaram¹⁵.

Se a filosofia desenvolvida por Lukács captura corretamente os nexos mais gerais do ser, então não é possível uma análise do desenvolvimento da ciência econômica – ao menos da profundidade exigida pelas questões da Revolução Marginalista – sem uma fundamentação da emergência desse complexo no âmbito do ser social, sem apontar para a função social que ele desempenha nessa totalidade e sem investigar, a partir disso, as suas particularidades e tendências de movimento. É essa análise genética do complexo da ciência econômica que realizo nas próximas duas seções. Em seguida, realizo um retorno à obra de Kuhn para ponderar em que medida ela pode esclarecer a compreensão da chamada Revolução Marginalista. Com base nesse esforço teórico, faço a releitura crítica de algumas das interpretações do movimento marginalista.

2. A emergência das ciências na práxis do trabalho

Lukács abre o segundo volume de sua obra argumentando que, para expor em termos objetivos as categorias específicas do ser social, assim como sua fundamentação, desenvolvimento, articulação e distinção das formas de ser precedentes – o ser inorgânico e o ser orgânico – é

13 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 117-118, 380-381, 458-459 e outras. Doravante, como é comum nos círculos de estudiosos deste autor, a obra será referida como a *Ontologia*.

14 Para ilustrar o argumento: o ser social emerge do ser biológico e, por isso, carrega em si determinantes biológicos insuprimíveis. É verdade, por exemplo, que as relações sexuais entre seres humanos têm formas e determinantes especificamente sociais, sem paralelo na natureza orgânica, mas a reprodução biológica – mesmo com a utilização das modernas técnicas reprodutivas – não pode ser suprimida.

15 Como Lukács ressalta repetidas vezes em sua obra, isso representa uma terceira via entre o materialismo vulgar e as formas de idealismo.

necessário iniciar com a análise do trabalho¹⁶. A justificativa dada pelo autor a esta afirmação é que, enquanto os demais elementos do ser social pressupõem a existência de um ser social já constituído, o trabalho, por sua essência, é a inter-relação entre ser humano e natureza e, portanto, pode figurar em momentos do processo de transição, no indivíduo que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social¹⁷. O que Lukács assinala aqui – e demonstra ao longo do livro – é a possibilidade de existência da atividade de trabalho, ainda que em sua forma mais simples, na ausência dos demais complexos do ser social, ao mesmo tempo que a existência dos demais complexos do ser social pressupõem a existência do trabalho e emergem a partir dele¹⁸. Assim, no trabalho estão contidas, em gérmen, toda as determinações que constituem a essência do ser social: ele é o fenômeno originário e o modelo do ser social.

Uma vez que o objetivo deste artigo é entender as condições de surgimento das ciências em geral e, em particular, da ciência econômica, torna-se um imperativo retomar a análise presente na *Ontologia* do modo mais breve possível, sem explorar toda sua fecundidade, de maneira a alcançar tão somente o objetivo pretendido. Com isso em vista, devemos salientar, em primeiro lugar, a essência do trabalho como uma atividade realizadora de um pôr teleológico. Em outros termos, o processo de trabalho é caracterizado pelo fato de que, no início do processo, a finalidade pretendida existe na consciência do indivíduo que trabalha e o seu resultado é o pôr de uma nova objetividade no mundo¹⁹. Essa objetividade é algo novo na natureza porque, caso não houvesse a intervenção humana no meio material, a mera causalidade natural não produziria o resultado desejado.

Assim, a estrutura geral do trabalho – que se generaliza quase ilimitadamente para todos os tipos de atividade humana – é a unidade de dois componentes: o primeiro é um momento ideal, de preparação para o trabalho, e o segundo é a atividade de produção propriamente dita. No momento ideal o sujeito põe idealmente a finalidade do trabalho e, a partir e fundamentado nisso, investiga os meios necessário para a realização material da finalidade. As propriedades e causalidade naturais, existentes independentemente do sujeito, devem ser reconhecidas corretamente para que, na investigação dos meios, seja possível encontrar o modo correto de operar sobre a natureza de modo que a finalidade idealmente posta no início do processo de fato se realize materialmente em seu término²⁰.

16 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 41. No primeiro volume da *Ontologia* o autor se dedica a uma análise crítica de algumas das principais correntes filosóficas até sua época, enquanto que no segundo volume o autor inicia propriamente o desenvolvimento de suas concepções filosóficas. Ver LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012. Obviamente muitos dos principais elementos categoriais do segundo volume já aparecem no primeiro: eles surgem a partir da apropriação crítica do legado filosófico encontrado pelo autor.

17 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 44.

18 É isso que significa a *prioridade ontológica* do trabalho em relação aos demais complexos sociais.

19 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 47-49.

20 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 52-53, 55.

Com isso surge, na consciência do indivíduo humano, uma imagem de mundo correspondente à realidade objetiva. A análise cada vez mais minuciosa dessa imagem e sua aplicação cada vez mais diferenciada à realidade se torna condição da realização dos pores teleológicos ulteriores. O espelhamento da realidade na consciência adquire uma autonomia da situação imediata que a gerou e se defronta com a consciência como um objeto próprio, distinto da realidade mesma, mas cujos resultados analíticos ideais são comparados continuamente com essa mesma realidade²¹. Nessa inter-relação contínua entre teoria e práxis tal representação ideal é ou não validada como verdadeira, criando uma tendência para sua sofisticação, pois esse momento ideal somente pode se tornar a base da realização dos pores teleológicos se os seus resultados ideais correspondem às legalidades dos complexos reais sobre a qual a práxis atua.

É preciso salientar, para não enveredarmos por falsas concepções sobre a ciência e não cairmos em problemas insolúveis, que o exposto acima não significa a impressão, na consciência, de uma imagem exhaustiva da realidade e isenta de subjetividade. Com efeito, como argumenta Lukács²², os objetos e relações existentes objetivamente possuem uma infinidade intensiva e extensiva de determinações. Isso aponta, primeiro, para a impossibilidade de reproduzir idealmente a totalidade das determinações existentes. Nisso está o fundamento da peculiaridade do conhecimento científico como aproximação sucessiva e nunca definitiva da realidade. Segundo, um elemento de subjetividade já aparece no processo. Surgido esse dilema de necessidade e impossibilidade da reprodução ideal das determinações da existência, a consciência deve ser capaz de apreender apropriadamente ao menos aqueles momentos da realidade necessários para a consecução bem-sucedida da finalidade posta. Em outros termos, a extensão do existente a ser reproduzido idealmente, assim como a ênfase em determinados elementos, relações, etc, em suma, a orientação da atividade de conhecimento do sujeito perante a realidade é dependente da finalidade da práxis, posta subjetivamente. Daí, a existência de subjetividade na relação sujeito-objeto não significa a negação da necessidade do sujeito reproduzir uma imagem correta do objeto em sua consciência, mas tão somente que jamais há mera contemplação passiva do objeto: ao sujeito cabe um papel ativo na produção do conhecimento²³.

No momento em que uma causalidade inicialmente reconhecida com o objetivo imediato de realizar uma finalidade singular é utilizada para a realização de outra finalidade, surgida em condições completamente heterogêneas em relação à primeira, já está em curso o processo de abstração que caracteriza o pensamento cientificamente orientado. O mais primitivo dos trabalhos já deve ser precedido por generalizações e abstrações, pois o conhecimento de certas determinações

21 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 406-407.

22 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 217-218.

23 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 411-415.

gerais da natureza é o seu pressuposto. Com o desenvolvimento e a diversificação da atividade de trabalho, o reconhecimento dos nexos causais da realidade é cada vez mais abstraído da finalidade imediata daquele processo singular de trabalho e, portanto, da situação singular da qual surgiu o conhecimento. A representação ideal do mundo exterior se fixa na forma de propriedades da natureza em geral e provoca uma tendência para autonomização da investigação dessas propriedades. A efetivação dessa tendência origina as diferentes ciências naturais: a gênese da ciência está na investigação dos objetos e processos da natureza que antecede o pôr da causalidade no processo de trabalho²⁴.

Se partirmos dessa análise genética perceberemos qual é a peculiaridade da atividade científica, a saber, a intenção voltada para o conhecimento do ser-em-si dos objetos e processos do mundo exterior. Ou, como formula Roy Bhaskar, o caráter *sui generis* da atividade científica é o seu objetivo de produzir conhecimento acerca dos mecanismos duradouros e ativos que produzem os fenômenos²⁵. De fato, essa peculiaridade é a função social da atividade científica e a autonomia da práxis científica em relação à práxis do trabalho é condição necessária para o cumprimento dessa função de maneira ótima. Assim, apesar de todo ato de trabalho ser desencadeado por um interesse – pois ele visa, como todo ato objetivador, satisfazer uma finalidade – necessariamente deve haver um momento de suspensão desse interesse durante a preparação e execução do trabalho²⁶. É a suspensão do interesse imediato, o direcionamento da intenção do sujeito para o ser-em-si do objeto, que levou à emergência das ciências naturais²⁷.

Com a autonomização da atividade científica e a generalização de conexões causais ocupando o centro das representações científicas da realidade é possível obter um conhecimento muito mais preciso, extenso e completo das causalidades naturais do que seria possível pela atividade direta do trabalho. No entanto, com isso a ciência já não obtém uma representação tão imparcial – do ponto de vista da sociabilidade – dessas cadeias causais como acontece no trabalho. Isso ocorre porque, neste, apesar do conhecimento necessário para sua execução bem-sucedida ser limitado àquele pedaço de natureza relacionado diretamente à finalidade do trabalho, há uma confrontação imediata entre indivíduo e o ser-em-si natural. Com o desenvolvimento das ciências, essa confrontação já não é possível sem que estejam presentes, no espelhamento da natureza, categorias vinculadas à sociabilidade do indivíduo²⁸. O motivo disso é a inter-relação existente entre a produção do conhecimento científico e a concepção geral acerca do mundo natural – isto é, uma ontologia geral – que está disseminada no cotidiano de uma sociedade em dada época histórica.

24 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 59-61, 86-87, 408.

25 BHASKAR, R. *A realist theory of science*. Londres: Routledge, 2008, p. 180.

26 O interesse, contudo, continua determinando aquela parte do mundo exterior que deve ser reproduzida idealmente.

27 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 447-448.

28 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 91-93.

Essa influência ocorre em dois sentidos. Por um lado, uma vez que a atividade científica é marcada por sua peculiaridade de operar por meio de abstrações e generalizações, inevitavelmente surgem, como resultado, problemas relativos à constituição geral do ser. Essa ontologia geral, que se dissemina no cotidiano, não pode ser socialmente neutra: toda práxis social ocorre dentro de um entorno de representações ideais e, portanto, elas são amplamente influenciadas pelas representações ontológicas que os indivíduos têm da natureza²⁹. Por outro lado, as concepções disseminadas no cotidiano, baseadas nas experiências vivenciadas neste âmbito, atuam como um fato fundamental da realidade que funciona como um dado *a priori* para todas as representações ideais de certa época histórica. Isso é válido, inclusive, para as representações científicas. Como Lukács³⁰ salienta, é o patamar de desenvolvimento das forças produtivas, em última instância, que fundamenta as representações predominantes em uma época sobre o mundo natural: através do metabolismo da sociedade com a natureza são criadas experiências que impregnam a vida cotidiana dos indivíduos e suas representações de mundo.

Deste modo, questões *puramente* internas às ciências não podem ser o motivo decisivo para a manutenção ou abandono das concepções científicas, pois o material para as suas reviravoltas é dependente da ontologia geral disseminada no cotidiano e, em última instância, do estado das forças produtivas. O penetrar de preconceitos do cotidiano na atividade científica se exprime no próprio progresso da ciência que, como vimos, não ocorre em um espaço socialmente vazio. Não é novidade para a filosofia da ciência³¹ que, geralmente, há mais de uma hipótese que explica determinado complexo fenomênico e satisfaz, em alguma medida, as necessidades práticas que brotam do cotidiano. Essas hipóteses se diferenciam, fundamentalmente, em dois sentidos. Primeiro, nas suas capacidades de possibilitar um domínio maior ou menor de fenômenos pela práxis. Segundo, na sua conformidade ou contraposição com as representações do ser disseminadas na vida cotidiana, isto é, se elas sustentam ou destroem o “mundo” cotidiano das pessoas em um determinado estágio histórico-social. Na medida em que essas hipóteses entram em contradição com os preconceitos da vida cotidiana, há resistência na sua aceitação, ocorrendo o oposto quando elas ratificam determinadas representações disseminadas nesse âmbito³².

As ponderações acima demonstram que, mesmo nas ciências naturais, a intencionalidade científica direcionada para o ser-em-si dos objetos e processos do mundo exterior é entrecortada pela sociabilidade. Em outras palavras, o desenvolvimento das formas historicamente específicas da ciência não ocorre de modo autônomo, segundo sua legalidade própria mas, ao contrário, o seu

29 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 92-93.

30 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 440-441.

31 KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, pp. 104-105.

32 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 451-452.

movimento somente se efetiva concretamente como resultado da interação sua com os demais complexos do ser social. Nesta análise a socialidade implica, portanto, uma determinação externa ao complexo científico, o contexto social onde a legalidade do desenvolvimento científico pode ganhar efetividade. Há, no entanto, um elemento de socialidade interno às ciências que é fundamental para a inteligibilidade dos caminhos de seu desenvolvimento.

Para compreender esse elemento é preciso salientar, novamente, a emergência do ser social a partir do práxis do trabalho. Com isso, a própria estrutura da atividade de trabalho se torna o modelo de toda práxis social, inclusive da práxis científica: o agir teleologicamente fundado não somente é específico do ser social mas se generaliza quase ilimitadamente em todas as suas esferas, desde a cotidianidade até a filosofia³³. Bhaskar percebe esse modelo fundamental quando defende a concepção de atividade científica como trabalho, cuja “estrutura lógica” é derivada do modelo de Aristóteles³⁴.

A produção de teorias científicas, do mesmo modo como ocorre no trabalho, depende da presença simultânea de materiais dados sobre o qual a atividade deve operar, isto é, os objetos de trabalho – o que inclui teorias preexistentes e fatos anteriormente estabelecidos – e um conjunto de ferramentas técnicas e intelectuais, isto é, os meios de trabalho com os quais novas teorias e fatos são produzidos. Os próprios recursos cognitivos e físicos disponíveis para a ciência identificar fenômenos e construir e testar teorias são, no próprio processo científico, modificados, refinados e transformados: tanto os objetos da construção científica quanto as ferramentas que a possibilita são produtos sociais. Em outros termos, a produção de conhecimento científico é dependente da aplicação de materiais cognitivos antecedentes, um legado das gerações anteriores³⁵.

Bhaskar conclui: o desenvolvimento científico consiste na transformação de produtos sociais, objetos de conhecimento anteriormente estabelecidos e, portanto, o indivíduo nunca constrói o conhecimento na ausência de antecedentes mas, ao contrário, o conhecimento se apresenta para ele como um produto dado, uma transmissão social, que o indivíduo deve reproduzir ou transmitir parcialmente³⁶. Essa herança teórica – como objetividade social, um elemento do desenvolvimento socioeconômico legado de uma época, que não se restringe ao conhecimento produzido em uma única área da ciência – põe um campo de possibilidades para as transformações

33 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 47, 51-52. De fato, Lukács afirma que este é o problema de sua obra: analisar criticamente as consequências dessa generalização para a constituição do ser social.

34 BHASKAR, R. *A realist theory of science*. Londres: Routledge, 2008, p. 176. A possibilidade de diálogo entre momentos da teoria da Lukács e Bhaskar não é casual. Especificamente na concepção do trabalho, ambos partilham de referências em comum: Aristóteles e Marx.

35 BHASKAR, R. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. 3. ed. Londres: Routledge, 1998, pp. 12-13.

36 BHASKAR, R. *A realist theory of science*. Londres: Routledge, 2008, p. 138.

posteriores da ciência, pois é sempre meio a partir do qual novos conhecimentos são produzidos³⁷. Assim, a produção científica se liga ao *hic et nunc* histórico-social não somente pela ontologia do mundo natural disseminada no cotidiano a partir do metabolismo da sociedade com a natureza, mas também pelo legado científico deixado por uma época como objetividade social.

É preciso deixar explícito que isso não implica a determinação unívoca do desenvolvimento socioeconômico – do qual essa herança teórica faz parte – para as formas de conhecimento científico produzidas e disseminadas em uma época. Com efeito, há tão somente um campo de possibilidades posto pelas condições materiais e espirituais de um período histórico. No entanto, a existência de um campo de possibilidades concretamente posto significa que a história de determinado complexo científico não pode ser reconstruída de modo completamente autônomo, pois a dinâmica da atividade científica somente pode se efetivar neste campo de possibilidades socialmente determinado.

O argumento desenvolvido até o momento demonstra que a peculiaridade da atividade científica em geral é a intencionalidade voltada para o conhecimento do ser-em-si do objeto, o que necessita um momento de suspensão dos interesses imediatos fundadores dessa atividade. Não obstante, o desenvolvimento do conhecimento científico não pode ocorrer na ausência de elementos sociais mas, ao contrário, a concretude de uma época histórica – tanto pelas representações da natureza que a ela são atreladas e disseminadas no cotidiano, quanto pela herança teórica de uma época que constitui o fundamento para a construção de novas teorias – é um determinante central para a dinâmica científica, para o abandono ou não de antigos paradigmas e adoção de novas teorias. Essa característica e dinâmica, válida para a atividade científica em geral, é enriquecida por novas determinações quando se trata de uma ciência social. Lembremos que, até aqui, a análise tem se limitado aos desdobramentos que ocorrem no ser social e são derivados do metabolismo da sociedade com a natureza. Por isso, esses determinantes aparecem mais claramente nas ciências naturais³⁸. Na próxima seção veremos os aspectos específicos da ciência econômica.

3. Particularidades da práxis na ciência econômica

A teoria desenvolvida neste texto, fundamentada primariamente na *Ontologia*, argumenta, através de uma análise *post festum*, que o ser social emerge na atividade de trabalho e, assim, o

37 Veja, por exemplo, como o desenvolvimento do cálculo diferencial abriu possibilidades para o desenvolvimento do conceito de utilidade marginal. HOWAY, R. The Origins of Marginalism. In: BLACK, R; COATS, A; GOODWIN, C (ed.). *The Marginal Revolution in Economics: Interpretation and Evaluation*. Durham: Duke University Press, 1973. p. 15-36, pp. 17-24.

38 Mais uma vez: a exposição teórica foi limitada de modo a ser possível tão somente salientar os elementos essenciais para a análise da emergência e dinâmica de movimento da ciência econômica. Aspectos fundamentais para as ciências naturais – por exemplo, o papel da atividade experimental na problemática exposta – tiveram que ser abstraídos da exposição.

trabalho é o modelo de toda práxis social: a ação teleológica, com os seus momentos ideais e de realização material, forma a estrutura do agir tipicamente humano em todas as esferas da vida. No entanto, se partimos de uma recusa crítica do materialismo vulgar, acompanhando a teoria de Lukács cujo fundamento é a tradição filosófica não só do materialismo mas também da dialética, não podemos transferir mecanicamente os traços específicos do trabalho diretamente para as formas mais complexas de práxis. Justamente pelo trabalho ser o modelo de toda práxis social, essa práxis apresenta muitos desvios em relação ao trabalho³⁹, apesar de manter sua estrutura originária de pôr teleológico.

A distinção fundamental do trabalho em relação às formas mais desenvolvidas de práxis é que, naquele, a ação humana está orientada para a transformação de objetos naturais em valores de uso enquanto que, nestas, os objetos da atividade são os próprios seres humanos, isto é, o conteúdo destes pores teleológicos mais complexos é a tentativa de induzir outros indivíduos a realizarem determinados pores teleológicos. Essa especificidade nasce, como é típico no ser social, das necessidades surgidas internamente no trabalho originário: já na divisão social do trabalho mais elementar – pense, por exemplo, no trabalho coletivo de caça – surge a necessidade de atuar sobre outros pores teleológicos de modo a coordená-los, influenciá-los, etc, de modo que a atividade seja bem-sucedida⁴⁰.

A expansão da divisão social do trabalho, pelas tarefas especiais que gera, não só coloca novos determinantes para os pores teleológicos surgidos dessa expansão, mas também conforma complexos sociais parciais que desempenham funções particulares e apresentam uma estrutura própria dentro da reprodução do complexo social total⁴¹. É somente a partir dessa dinâmica de emergência que podemos captar teoricamente a contradição existente na realidade entre determinidade e autonomia dos complexos sociais parciais. Como a peculiaridade do complexo parcial surge das necessidades de reprodução do complexo total, a resolução dos dilemas emergentes da reprodução da totalidade se impõe como mandatária e determina direção de desenvolvimento dos complexos parciais, pois estes surgem e permanecem como mediação para a reprodução da totalidade. Entretanto, os complexos parciais devem adquirir certa independência de funcionamento, certa autonomia no seu agir e reagir, caso contrário não poderiam funcionar corretamente como meio de resposta às funções atribuídas pelo complexo total. Tal independência e

39 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 92-93.

40 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 82-84.

41 De fato, já vimos como a ciência em geral se conforma como um desses complexos parciais, desempenhando uma função específica que surge do desenvolvimento do trabalho. Neste momento, trata-se de retomar a dinâmica de emergência de complexos parciais com o intuito de salientar os determinantes e funções particulares da ciência econômica no âmbito da totalidade social.

autonomia, no entanto, são apenas relativas, pois as tarefas postas pelo desenvolvimento social para sua reprodução devem de algum modo ser respondidas⁴².

Deste modo, a autonomia autêntica e peculiaridade própria dos complexos sociais parciais somente existem dentro da dinâmica concreta do desenvolvimento socioeconômico, isto é, cada complexo reage ao desenvolvimento socioeconômico concreto, executando o que ele exige e contrapondo-se às suas tendências concretas. Deve-se salientar que cada complexo reage ao desenvolvimento socioeconômico de um modo que lhe é peculiar e, por isso, não pode haver, a partir do âmbito econômico, uma dedução de como cada complexo parcial se manifestará concretamente, uma dedução de seus movimentos concretos. É justamente essa autonomia que permite a existência de formas de desenvolvimento desigual⁴³. No entanto, como salienta Lukács, a concepção histórica exposta pelos jovens Marx e Engels continua válida: não pode haver historicidade autônoma das formas de consciências, destacadas dos fatos e desenvolvimentos históricos, pois elas surgem do intercâmbio social ligada à produção material da vida em determinado estágio e, por isso, as criações teóricas devem ser esclarecidas a partir das relações reais existentes⁴⁴.

Assim, a peculiaridade da ciência econômica não pode ser determinada somente por sua legalidade como um complexo científico, a saber, uma intenção voltada para o conhecimento do ser-em-si do objeto, o conhecimento da economia burguesa e suas leis de movimento. Se assim procedêssemos, chegaríamos inevitavelmente a uma autonomização extrapoladora de forças que determinam apenas a particularidade de um complexo parcial⁴⁵. Na peculiaridade da ciência econômica, o aspecto central deve ser a sua posição diante da totalidade social: o modo como ela responde às necessidades que, pelo desenvolvimento da divisão social do trabalho, originaram esse complexo parcial, a maneira como a ciência econômica se posiciona diante das tarefas postas pelo desenvolvimento socioeconômico de acordo com sua particularidade de complexo científico. Essa interação interfere decisivamente na sua constituição e dinâmica de desenvolvimento.

Isso nos desloca para a investigação das condições de surgimento deste complexo. É possível identificar reflexões acerca de categorias econômicas desde, pelo menos, a Grécia Antiga⁴⁶. No entanto, essas reflexões ainda não se conformam como um sistema teórico que poderíamos

42 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 248-249.

43 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 269-273.

44 MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 42-45.

45 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 305-306.

46 Marx identifica, por exemplo, em Aristóteles o primeiro pensador a investigar a forma-valor do produto do trabalho. MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 135.

chamar de ciência econômica, pois em um primeiro momento não há um esforço intelectual voltado exclusivamente para as categorias da reprodução material da vida em sua totalidade e inter-relações próprias, isto é, entendidas como um campo de reflexão particular e bem delimitado. Segundo Rubin⁴⁷, tal sistema só vai aparecer nos fisiocratas e, mais propriamente, na economia política clássica: mesmo a escola mercantilista ainda representa um agregado frouxo de demandas práticas e proposições teóricas. Nesse sentido, é possível sustentar que os textos mercantilistas são um prenúncio à ciência econômica, sem os quais, no entanto, não se pode evidenciar criticamente o processo pelo qual essa ciência *veio a ser*⁴⁸.

Teorias mais ou menos sistemáticas sobre a totalidade das relações econômicas só puderam surgir – mesmo que de modo ainda muito incipiente como na doutrina mercantilista – e ter relevância social no período da Idade Moderna. Com efeito, o objeto que tais representações buscavam reproduzir idealmente ganha corpo, cada vez mais rapidamente, a partir do século XV. De acordo com Rubin⁴⁹, foi nos séculos XVI e XVII que se consolidou e difundiu a queda da economia regional – típica da Idade Média tardia – e a transição para uma economia nacional ampla. Neste período ocorre a decomposição da velha vida econômica com o desenvolvimento da economia monetária, a expansão do mercado nacional e internacional e o crescimento da força do capital mercantil: estavam lançadas as bases para que a humanidade fosse sugada para um mesmo sistema econômico universal e a esfera da economia ocupasse a posição de motor dinâmico de toda a vida social.

Cipolla⁵⁰ destaca, nessa mudança, a perda de posição política da cidade-estado e do pequeno principado e, em seu lugar, o crescimento da força do Estado nacional. Na Idade Moderna se intensifica o processo de ganho de poder dos governos centrais em detrimento da jurisdição local. Paralelamente à mudança no poder político ocorre uma mudança do papel do governo central na vida econômica: cresce o papel do Estado na arrecadação e controle no produto nacional, assim como na determinação de elementos fundamentais para a reprodução da esfera econômica, como impostos, proibições, subsídios, financiamentos etc. Rubin⁵¹ também observa a relação entre o fortalecimento da monarquia absoluta e a expansão do capital mercantil: externamente, o Estado absolutista criou monopólios no comércio com o Oriente e com a América e, internamente, cumpriu

47 RUBIN, I. I. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014, pp. 29-30.

48 RUBIN, I. I. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014, p. 35.

49 RUBIN, I. I. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014, p. 40-44. Cippola afirma que as relações comerciais entre as nações se desenvolveram extraordinariamente de modo que, ao menos em relação a Inglaterra e Holanda, faz sentido caracterizar o período de 1550-1700 como uma revolução comercial. CIPOLLA (ed), M. C. *Historia Económica de Europa (2): Siglos XVI y XVII*. Barcelona: Editorial Ariel, 1979, p. 9.

50 CIPOLLA (ed), M. C. *Historia Económica de Europa (2): Siglos XVI y XVII*. Barcelona: Editorial Ariel, 1979, p. 7.

51 RUBIN, I. I. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014, pp. 41-46.

papel fundamental na dissolução dos entraves feudais para o comércio nacional. Em relação especificamente às condições britânicas, a política econômica primária do Estado – caracterizada por medidas restritivas de comércio com o objetivo imediato de aumentar a quantidade interna de metais – foi substituída, ao longo dos séculos XVI e XVII, por uma política de intervenção estatal guiada não somente para a condição fiscal do Estado, mas também para o desenvolvimento econômico, alimentando o crescimento do comércio, dos transportes e da indústria de exportação⁵².

A literatura mercantilista britânica surgida a partir do século XVI tinha a intenção primária de influenciar a atuação do Estado em seu novo papel surgido nessas condições históricas. Ela lidava tanto com a necessidade de suprimir os entraves à expansão da vida comercial, herdados do período feudal, quanto com problemas práticos de política econômica cuja solução se colocava como fundamental para o desenvolvimento da economia mercantil. Assim, as ideias mercantilistas tinham o caráter mais prático do que teórico: estavam devotadas às questões específicas que haviam surgido com o desenvolvimento do capitalismo primitivo e que demandavam uma solução imediata⁵³. Em outros termos, o desenvolvimento de uma economia mercantil que se expande nacional e internacionalmente e a centralização do aparato político no Estado põem a tarefa de execução de uma política econômica que favoreça a reprodução ampliada da esfera econômica centrada no capital. A literatura mercantilista emerge como resposta a essa tarefa, desempenhando a função social de apontar, induzir etc. os pores teleológicos de modo a satisfazer a reprodução das relações econômicas burguesas daquele período sócio-histórico concreto.

No entanto, para poderem justificar uma política econômica particular, os autores mercantilistas tinham de demonstrar que defendiam uma causa benéfica a sociedade como um todo e isso os compelia a estabelecer nexos causais entre diferentes fenômenos econômicos. De fato, a existência de uma práxis político-econômica necessita estar fundamentada em alguma forma de consciência do mundo econômico: como vimos, o pôr teleológico sempre está baseado em uma representação ideal, por mais primitiva que seja, daqueles momentos da realidade que são importantes para a consecução da finalidade posta idealmente no início do processo. Assim, a representação de mundo que emerge para fundamentar aquela práxis deve conter um momento voltado para o conhecimento do ser-em-si da esfera econômica, ainda que tal momento seja muito breve para caracterizarmos o produto da consciência como uma teoria científica. As primeiras

52 RUBIN, I. I. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014, pp. 54-56.

53 RUBIN, I. I. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014, pp. 59-61. Como observa o autor, não é ocasional que a literatura mercantilista da Grã-Bretanha ou Itália deste período, onde as relações comerciais já estavam em um estágio avançado e o capital comercial tinha força, sustentou a necessidade de ampliação do comércio e da indústria, enquanto que, por exemplo, entre os povos germânicos, onde as relações comerciais ainda eram muito incipientes, se formou uma literatura burocrática, dedicada ao gerenciamento administrativo das questões financeiras.

manifestações da futura ciência da economia política, observa Rubin⁵⁴, foram essas incipientes abstrações sobre causalidades no mundo econômico, que emergiram como suporte necessário da defesa de determinadas políticas econômicas.

Deste modo, as representações ideais sobre a esfera econômica se descolam em sua imediaticidade da finalidade prática que as geraram: a complexidade da realidade econômica exige, para a consecução bem-sucedida da política econômica, uma representação ideal que capture os momentos mais importantes da vida econômica para determinada finalidade. Em outros termos, cria-se a situação social em que a intenção dos pores teleológicos deve ser voltada para o conhecimento do ser-em-si do mundo da economia burguesa: nasce a ciência econômica. Como todo complexo social, a ciência econômica tem um desenvolvimento legal próprio, dado pela tendência de aproximação do ser-em-si do seu objeto.

No entanto, além de seu desenvolvimento ser determinado por sua legalidade como complexo científico, ele é profundamente dependente de todas as situações da vida social, isto é, não há autonomia absoluta de desenvolvimento. É o complexo do ser social – e, especialmente, o complexo da economia – que produz o campo real de possibilidades no qual a legalidade da ciência econômica pode adquirir, concretamente, efetividade⁵⁵. Ao contrário do que ocorre no trabalho e, de forma mediada, nas ciências naturais, o pôr teleológico na ciência econômica não é voltado para a transformação dos objetos naturais, exigindo em primeiro plano o conhecimento correto dos nexos causais existentes objetivamente. A atividade na ciência econômica tem como finalidade, em última instância, responder às demandas surgidas na esfera da economia, apontando os caminhos para a reprodução desta esfera, coordenando os demais pores teleológicos.

A determinação imposta pela reprodução da economia para o desenvolvimento da ciência econômica é demonstrada a partir da relação entre teoria, práxis e dinâmica histórica. Para que as condições socioeconômicas sejam reproduzidas, as contradições e tarefas surgidas nesse âmbito terão de ser continuamente resolvidas na prática. Se uma teoria econômica predominante não é consonante com a práxis útil, efetiva, para a resolução dessas tarefas, então – excluindo-se a situação patológica de contraditoriedade permanente e generalizada entre práxis e a teoria que a

54 RUBIN, I. I. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014, p. 61.

55 LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 225-226. Ao longo de sua obra, Lukács analisa a emergência e o movimento de diversos complexos parciais, como a arte, a política, o direito e a ciência. Em todos esses momentos da análise o autor aponta para a relação dinâmica entre legalidade própria do complexo parcial e a totalidade do ser social. Na referência em questão, Lukács se detém na análise da linguagem, o que de pronto acende o alerta para o perigo de generalizações mecânicas: há diferenças fundamentais entre a linguagem e a ciência econômica. Por exemplo, a linguagem adquire uma autonomia muito maior do metabolismo da humanidade com a natureza do que ocorre com a ciência econômica. Além disso, o desenvolvimento da linguagem ocorre de modo espontâneo, isto é, a sua reprodução não ocorre como resultado do trabalho de especialistas, por mais que haja tentativas, na gramática oficial, de sistematizar tal reprodução. No entanto, os traços fundamentais da relação de desenvolvimento do complexo parcial no campo de ação posto pela totalidade social permanecem os mesmos.

sustenta – abre-se um período de crise teórica em que a teoria dominante se modifica ou uma teoria concorrente, que possa informar corretamente a práxis necessária naquele momento histórico, assume a posição dominante. Tampouco uma teoria científica que defenda abertamente a necessidade de revolucionar as condições socioeconômicas – pense, por exemplo, no marxismo – pode ser dominante, pois, em relação ao pequeno círculo de formuladores de política econômica, se intensifica o problema da necessidade de informar corretamente a práxis para a reprodução social. Em relação à massa da população, a práxis social disseminada, informada por essa teoria, só poderá ser uma práxis revolucionária. Nessa situação, a reprodução das condições socioeconômicas só poderia ocorrer através de uma dominação fundamentada largamente na coerção, criando uma instabilidade permanente para a continuidade desse modo de vida⁵⁶. Portanto, a reprodução de um sistema econômico não permite a existência amplamente disseminada de uma teoria econômica que não aponte para a resolução mais efetiva e dentro da ordem dos problemas e conflitos práticos surgidos nesse âmbito.

Assim, apesar da emergência da ciência econômica como ciência, sua função social continua a ser o reconhecimento dos problemas socioeconômicos concretos que brotam do metabolismo da sociedade com a natureza e a influência da práxis social no sentido de possibilitar a reprodução da esfera econômica burguesa. Essa função no interior da totalidade social permanece como o elemento determinante da linha de seu desenvolvimento e, por isso, o conhecimento do ser-em-si das relações econômicas burguesas – o elemento propriamente científico – deve a ela se subordinar. O elemento científico não pode ser o momento predominante na determinação da direção de seu desenvolvimento, pois a teoria científica que predomina na sociedade burguesa deve ser aquela que mais favorece sua reprodução: está aberta a possibilidade da teoria dominante não ser a que reproduz mais corretamente os nexos causais existentes na realidade. Destarte, se anteriormente já notamos como o desenvolvimento socioeconômico e as representações de mundo daí originadas cumprem um papel fundamental na dinâmica da ciência em geral, quando se trata da ciência econômica isso não recebe somente uma intensificação quantitativa, mas há uma mudança qualitativa.

56 Eagleton, fundamentando-se em Gramsci, observa como, apesar do crescente poder coercitivo do Estado capitalista derivado do desenvolvimento tecnológico, é preferível que cada indivíduo governe a si mesmo sem entrar em conflito com a sociedade política, ou seja, que cada indivíduo internalize e efetive as condições necessárias para a reprodução social em sua prática cotidiana. Na medida em que o Estado recorre à violência generalizada, a sua credibilidade ideológica é arriscada. Mesmo o alerta dos sociólogos Abercrombie, Hill e Turner de que o consentimento dos dominados é obtido muito mais por uma coerção econômica – como é denominada, por exemplo, a estratégia reformista de oferecer benefícios tangíveis a parte dos dominados – não pode se efetivar na ausência de um discurso ideológico que oriente a práxis dos dominados para a resolução de seus problemas dentro da rodem. EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019, pp. 51, 131-132.

Marx, como salientou Duayer⁵⁷, observa que quanto mais o capital se torna a relação social predominante, quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista, mais a economia política se converte em ciência do capital, naturaliza as relações capitalistas e assim se torna menos crítica. A consequência é que a ciência econômica sacrifica a verdade de suas proposições pela sua eficácia no plano prático-operatório, ou seja, pela utilidade para o capital. Interessa, primeiramente, se os teoremas são convenientes ou inconvenientes, úteis ou prejudiciais para o capital⁵⁸. Quando partimos da análise genética realizada acima, essa proposição não causa surpresa: como a reprodução das relações econômicas burguesas – função social da ciência econômica – somente pode ocorrer pela reprodução ampliada do capital, então é mandatório que a ciência econômica defenda os interesses do capital. Mesmo que a ciência econômica sustente uma concepção falsa, como a supressão da historicidade das relações burguesas, isso não significa que essas representações de mundo não sejam “formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado”⁵⁹. Em outros termos, a falsidade de uma teoria ou seu caráter mistificador pode não ser obstáculo para a sua eficácia social.

Já foi argumentado acima que toda representação ideal de mundo surge como suporte de um pôr teleológico e, diante da infinidade extensiva e intensiva da realidade, o espelhamento na consciência deve ocorrer em função da finalidade posta, isto é, o espelhamento do mundo realmente existente nunca ocorre de modo arbitrário. Na ciência econômica isso se efetiva – mediante a relação entre teoria, práxis e mudança história exposta acima – no fato de que as tarefas e contradições sociais concretamente presentes, cujas resoluções devem ocorrer na prática para a reprodução material do modo de vida, colocam ênfase em determinados objetos e relações econômicas em detrimentos de outros, impõem objetivos a serem perseguidos etc. Isso aponta para certa direção de desenvolvimento da ciência econômica. No entanto, como essa determinação é somente um campo de possibilidades, não pode implicar qualquer determinismo inequívoco.

A compreensão da determinação imposta pela totalidade social sobre o desenvolvimento da ciência econômica como existência determinada de um campo de possibilidades exige que a análise da história do pensamento econômico se fundamente em uma metodologia específica, a saber, a análise *post festum*. Isso porque uma explicação dedutiva do desenrolar da ciência econômica só pode ser baseada em uma noção determinista desse desenvolvimento: a defesa de que um certo estado da ciência econômica é o resultado lógico de determinados antecedentes, sejam eles

57 DUAYER, M. Marx, verdade e discurso. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 35, n.1, pp. 15-39, 2001, pp. 18-20.

58 MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 86.

59 MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 151.

materiais ou teóricos, é equivalente à defesa de que, no momento em que os antecedentes estiveram presentes, o curso histórico do desenvolvimento da ciência econômica já estava traçado.

O argumento exposto nas páginas anteriores, ao contrário, tem como consequência metodológica uma análise da história do pensamento econômico cujo ponto de partida é o desenvolvimento já realizado da ciência econômica e investiga a *possibilidade* de emergência e disseminação daquele paradigma científico como resolução dos problemas prementes no âmbito do metabolismo da sociedade com a natureza. Essa perspectiva de análise se contrapõe tanto ao individualismo voluntarista quanto ao determinismo histórico e se identifica com a análise de Marx em *O 18 de brumário de Luis Bonaparte*. Ao criticar a perspectiva histórica de Vitor Hugo e Proudhon, Marx afirma:

Ele [Vitor Hugo] vê no golpe apenas um ato de poder de um indivíduo isolado. Não se dá conta de que engrandece esse indivíduo, em vez de diminuí-lo, atribuindo-lhe uma capacidade de iniciativa pessoal que seria ímpar na história mundial. Proudhon, por sua vez, procura apresentar o golpe de Estado como resultado de uma evolução histórica precedente. [...] Desse modo, ele incorre no erro dos nossos assim chamados historiadores *objetivos*. Em contrapartida, eu demonstro como a *luta de classes* na França criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel de herói⁶⁰.

Retomando a concepção de Bhaskar do desenvolvimento científico como um processo social, evidentemente nessa análise *post festum* deverá ser apontada a existência dos objetos e meios de trabalho – a herança teórica legada para a época – sem os quais não seria possível aquele resultado histórico. Entretanto, isso não pode significar – mais uma vez, sob o risco de um determinismo histórico – qualquer tipo de explicação baseada em um movimento lógico da própria ciência.

4. Desenvolvimento das ciências e revoluções científicas

O debate em torno da filosofia da ciência no século XX produziu algumas obras clássicas. Dentre elas, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas Kuhn, é um marco que colocou em primeiro plano a característica do desenvolvimento científico não ocorrer somente por acumulação mas, de tempos em tempos ocorrer rupturas, quando uma teoria científica de estrutura drasticamente distinta da anterior assume a hegemonia na comunidade científica. Para o historiador do pensamento econômico, a sugestão de analisar a Revolução Marginalista nos moldes de Kuhn é praticamente irresistível e, por isso, um longo debate foi produzido sobre a validade desse tipo de análise e seus problemas. Nesta seção final, realizo um retorno a *A Estrutura das Revoluções Científicas* com o objetivo de contrapor comparativamente os argumentos contidos na obra com algumas das compreensões em voga sobre a relação entre o movimento marginalista e a teoria de

60 MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p. 18, grifos no original.

Kuhn. Em posse dos resultados da análise genética da ciência econômica, algumas ponderações sobre a obra do autor se mostram necessárias para o desenvolvimento do debate⁶¹.

A categoria central da análise de Kuhn é o conceito de paradigma. Já no prefácio encontra-se uma definição do termo: paradigmas são “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”⁶². Tais realizações têm duas características em comum: por um lado, chegam a resultados suficientemente sem precedentes, de modo a atrair um grupo duradouro de partidários e afastá-los de outras formas científicas; por outro lado, são abertas o suficiente para deixarem uma agenda de pesquisa ainda não resolvida para os seus seguidores. Assim, um paradigma funciona como um modelo de prática de onde emergem as tradições científicas⁶³.

Observa-se, portanto, que um paradigma não é propriamente um conjunto de ferramentas científicas válidas ou os problemas centrais para uma comunidade científica ou um conjunto categorial socialmente aceito. Um paradigma, na concepção de Kuhn, são as próprias realizações científicas individuais modelares que, no contato e reconhecimento pela comunidade científica, põem essas ferramentas válidas, os problemas centrais, um conjunto categorial para lidar com esses problemas, etc. A atividade científica posterior e fundamentada nos paradigmas reconhecidos, naquele momento histórico, pela comunidade científica – a tradição científica emergente do conjunto de paradigmas – é chamada de ciência normal⁶⁴.

A concepção de Kuhn sobre o triunfo de um paradigma e a emergência da ciência normal aponta para um *processo* social. Assim, o autor salienta que um paradigma não é um trabalho acabado, mas sempre deixa problemas a serem resolvidos pelo grupo por ele unificado e, assim, é um objeto a ser melhor articulado pela comunidade científica e reproduzido em condições novas ou mais rigorosas. A prática da ciência normal consiste na atualização do paradigma, repondo a sua promessa do conhecimento correto do mundo através ampliação dos fatos que o paradigma considera como relevantes, aumentando a correlação entre esses fatos e a predição do paradigma e articulando ainda mais o paradigma⁶⁵. Deste modo, enquanto determinado núcleo de paradigmas

61 Atenção: não se trata de realizar uma análise crítica da obra de Kuhn em sua totalidade. Este não é o objetivo o texto e aqui não haveria espaço suficiente para fazê-lo.

62 KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, p. 13.

63 KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, pp. 29-30.

64 KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, p. 29.

65 KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, pp. 43-44. Muito se fala da imprecisão de Kuhn no seu entendimento da categoria de paradigma. Essas observações críticas, sem dúvida, são fundamentadas. No entanto, de fato o paradigma se confunde, posteriormente à sua emergência e conformação de uma comunidade científica, com a própria ciência normal e seus elementos. Como acabamos de ver, isso ocorre porque, além da ciência normal emergir e estar ligada ao paradigma, o paradigma não é dado definitivamente, mas é constantemente reproduzido e reinterpretado pela atividade da ciência normal, repondo uma ciência normal e os seus elementos socialmente aceitos. É justamente essa imprecisão entre paradigma e ciência normal, ou seus elementos constitutivos, que há na obra. Ver KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, pp. 55, 58, 60, 86-87, 113, 122.

permanece socialmente válido, a estrutura científica – os métodos válidos de investigação, os problemas e soluções considerados cientificamente legítimos, o conjunto de categorias e seus significados, o modo de funcionamento dos equipamentos científicos, os pressupostos de existência acerca dos elementos irreduzíveis do mundo, etc – detém certa continuidade e a ciência evolui por um modelo mais ou menos cumulativo.

No entanto, a história revela que essa continuidade de desenvolvimento é intermitente. Com o tempo, a ciência normal acumula o que Kuhn chama de anomalias – resultados empíricos que, segundo a ciência normal, não deveriam existir ou problemas considerados cientificamente válidos que resistem à solução pelos métodos admitidos pela ciência normal. Quando a ciência não consegue mais se esquivar das anomalias, proliferam-se pesquisas extraordinárias, isto é, pesquisas que subvertem, de algum modo, a tradição existente da prática científica. As pesquisas extraordinárias, eventualmente, podem conduzir a ciência a um novo conjunto de compromissos e desintegrar a tradição a qual a ciência normal está ligada: tais episódios de mudança são denominados de revoluções científicas⁶⁶. Kuhn⁶⁷ alerta que não desconsidera os determinantes externos – por exemplo, os avanços tecnológicos ou mudanças sociais – para o desenvolvimento da ciência, mas percebe esses fatores como secundários face à emergência de anomalias e proliferação da pesquisa extraordinária.

Tais fatores externos, segundo o autor⁶⁸, são determinantes para o momento de explicitação da crise, para a facilidade com que ela é reconhecida e para a área onde ela primeiro é expressa, mas não propriamente para a emergência da revolução científica. Pelas conclusões da análise genética realizada acima, é possível concordar com Kuhn quando estamos acompanhando a evolução histórica de um complexo social cujo princípio fundante e determinante da tendência de desenvolvimento é o conhecimento do ser-em-si do objeto. Este é o caso das ciências da natureza, ainda que as influências sociais não percam sua importância, como já demonstrado neste trabalho. No entanto, nas ciências sociais, particularmente na ciência econômica, o pôr teleológico não é voltado primariamente para o conhecimento do ser-em-si do objeto, mas tem o objetivo principal – em reação ao qual o conhecimento do ser-em-si é subordinado – de apontar os caminhos para a resolução de tarefas, contradições, etc, sociais. Essa peculiaridade faz com que o determinante interno das revoluções científicas perca seu protagonismo.

Com o argumento defendido neste trabalho, fornecemos uma demonstração ontológica da percepção correta, no entanto vaga, de Coats⁶⁹: as influências endógenas não podem explicar o

66 KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, pp. 25, 94-95.

67 KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, p. 15.

68 KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, p. 97.

69 COATS, A. The Economic and Social Context of the Marginal Revolution of the 1870's. In: BLACK, R; COATS, A; GOODWIN, C (ed.). *The Marginal Revolution in Economics: Interpretation and Evaluation*. Duham: Duke

crescimento majoritário do conhecimento nas ciências sociais porque elas são muito menos autônomas do que as ciências naturais. Também fica claro o equívoco de interpretações do tipo da de Stigler⁷⁰. Este autor defende que a aceitação da teoria da utilidade somente ocorreu no fim do século XIX porque neste período a ciência econômica se tornou uma disciplina acadêmica. Antes, o objetivo principal da ciência era o entendimento e a promoção de política econômica, em relação à qual a produção teórica era subordinada. Depois, continua Stigler, os valores da atividade acadêmica – principalmente a busca pela generalidade teórica, em oposição ao imediatismo e praticidade exigidos pela formulação de política – se tornaram preponderantes para o desenvolvimento científico e a teoria utilitarista satisfaz esses valores. Demonstramos, no entanto, que a efetividade em resolver os problemas postos socialmente não pode ser fator secundário no desenvolvimento da ciência econômica e isso independe do espaço onde essas teorias são produzidas.

A razão da preponderância de fatores externos na emergência de revoluções científicas, no entanto, não é somente devido ao fato de que as demandas sociais adquirem um peso muito maior no caso das ciências sociais – uma vez que o reconhecimento e a resolução dessas demandas são o objetivo último deste corpo de conhecimentos científico, as revoluções científicas devem se conformar a esta razão de ser desses complexos – mas também ao fato de que o mecanismo interno de acúmulo de anomalias perde sua força. A esfera social produz fatos empíricos menos inequívocos para derrubar crenças eficazes ou socialmente aceitas do que acontece nas ciências naturais. Isso ocorre porque o mundo social não permite a produção de experimentos e, assim, não permite a produção de um ambiente no qual um fato empírico surge como resultado daquele conjunto particular de causas em atividade⁷¹. Como o controle do conjunto de causas atuante em determinado evento é impossível, não existem, nas ciências sociais, experimentos controlados que geram resultados empíricos não previstos pela ciência normal⁷². Assim, o reconhecimento de uma anomalia na ciência econômica é sempre contornável como sendo o resultado de causas diversas e não controláveis⁷³.

University Press, 1973. p. 37-58, p. 40.

70 STIGLER, G. The Adoption of the Marginal Utility Theory. In: BLACK, R; COATS, A; GOODWIN, C (ed.). *The Marginal Revolution in Economics: Interpretation and Evaluation*. Durham: Duke University Press, 1973. p. 305-320, pp. 310-312.

71 BHASKAR, R. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. 3. ed. Londres: Routledge, 1998, p. 69.

72 Coats também observa o mesmo problema em perceber as revoluções nas ciências sociais como resultados majoritários de acúmulo de anomalias. COATS, A. The Economic and Social Context of the Marginal Revolution of the 1870's. In: BLACK, R; COATS, A; GOODWIN, C (ed.). *The Marginal Revolution in Economics: Interpretation and Evaluation*. Durham: Duke University Press, 1973. p. 37-58, pp. 44-45.

73 Mesmo nas ciências naturais, a existência e acúmulo de anomalias não significará uma ruptura inevitável com o paradigma dominante. Kuhn salienta, por um lado, que uma anomalia é interpretada, pelos adeptos da ciência normal, como um quebra-cabeça ainda não resolvido, mas que certamente tem solução. A atividade da ciência normal consiste justamente na resolução paulatina de quebra-cabeças ainda não resolvidos, então uma anomalia não

Da discussão acima, percebemos como a interpretação da Revolução Marginalista nos termos de Kuhn exige o reconhecimento dos novos paradigmas desta revolução científica como as próprias obras lançadas por Jevons, Menger e Walras no início da década de 1870. A revolução consiste não propriamente no aparecimento das obras, mas no reconhecimento das obras como fundadoras de um novo modo de fazer ciência. A comunidade científica atrelada a esses novos paradigmas os reinterpreta e atualiza a cada nova geração através dos manuais científicos, pesquisas fundamentadas nos paradigmas, etc, reproduzindo continuamente determinada estrutura científica como a prática socialmente aceita: a atividade da ciência normal.

Assim, argumentos como o de Blaug⁷⁴ que apontam diferenças entre as três obras como uma evidência contrária a existência de uma revolução científica não são válidos. Apesar dessas diferenças, formou-se a partir dessas obras, principalmente a partir da década de 1880, uma comunidade científica cada vez mais coesa e abrangente que determinou uma nova prática científica aceita socialmente. A nova estrutura científica é caracterizada por uma teoria do valor específica – a teoria do valor-utilidade – por um problema científico – a alocação ótima de recursos, dados os fatores produtivos – por um método e instrumentos válidos para resolver esse problema – o princípio da maximização da utilidade e o cálculo diferencial. Demonstra-se, do mesmo modo, que a caracterização da Revolução Marginalista como uma revolução científica não é invalidada por especulações sobre se os autores da década de 1870 estavam cientes ou não da ruptura com um paradigma anterior, se eles consideravam ou não pertencer a um mesmo movimento teórico, etc. Em torno das três obras se formou um grupo de cientistas que as tomaram como paradigmas e guiaram, a partir delas, sua atividade científica posterior.

O fato de que a utilidade marginal foi “redescoberta” década após década desde 1830’ também não é uma evidência contrária à identificação de uma revolução científica. Ao contrário: a existência de predecessores é um elemento apontado pelo próprio Kuhn⁷⁵ como algo característico das revoluções científicas. Após uma análise histórica, o autor percebe como a proliferação dessas teorias ocorre décadas antes das revoluções científicas ocorrerem. Esses predecessores apontam para a solução dos problemas que, no futuro, instauram a crise. No momento em que essas teorias

necessariamente configura um inconveniente forte o suficiente para provocar revoluções. Por outro lado, todo paradigma pode sofrer modificações superficiais de modo a não entrar em contradição aparente com a anomalia. KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, pp. 107-108, 186.

74 BLAUG, M. Was There a Marginal Revolution? In: BLACK, R; COATS, A; GOODWIN, C (ed.). *The Marginal Revolution in Economics: Interpretation and Evaluation*. Durham: Duke University Press, 1973. p. 15-36, pp. 8-9. Posteriormente, o autor sustenta que, se houve algum novo paradigma compartilhado pela tríade marginalista, foi uma mudança na agenda de pesquisa da ciência econômica, que se concentrou no novo problema econômico da alocação ótima de dados recursos. Neste ponto, o autor confunde um paradigma com uma característica da ciência normal, que são os problemas cientificamente aceitos.

75 KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, p. 103.

predecessoras são enunciadas, no entanto, a ciência normal não está em crise, tais problemas são tidos como resolvidos ou quase resolvidos e, portanto, as antecipações são ignoradas.

Tampouco o longo intervalo para a aceitação das teorias marginalistas, com o descrédito cada vez maior da economia política clássica, produzindo um período no qual não havia nenhuma teoria econômica hegemônica, mas sim a luta dos autores clássicos, marginalistas e historicistas pela hegemonia, é um contraste com a teoria de Kuhn. Ocorre, mais uma vez, justamente o oposto⁷⁶: Kuhn fala explicitamente em um *período de transição*, em que os cientistas articulam teorias que se referem cada vez menos ao paradigma então dominante, em que se proliferam teorias divergentes entre si, em que as regras da ciência normal se tornam cada vez mais indistintas e os cientistas concordam cada vez menos qual é o paradigma que rege aquela ciência. É explícito em *A Estrutura das Revoluções Científicas* a existência de uma batalha para a aceitação do novo paradigma: o mesmo tipo de batalha que a economia marginalista travou nas últimas décadas do século XIX⁷⁷.

Um elemento importante para o prolongamento dessa batalha é que, muito frequentemente, um novo paradigma não convence os antigos cientistas, não é capaz de realizar uma transição de adeptos. Resta à nova geração de cientistas, ainda não completamente comprometidos com a ciência normal, adotar o novo paradigma⁷⁸. Howey⁷⁹ percebe a importância, para a aceitação dos principais elementos que conformam a economia marginalista, da ausência de comprometimento da tríade marginalista com os preceitos da economia política clássica. Por outro lado, o compromisso de Mill e Cairnes os impediu de incorporar esses elementos em suas análises, apesar de terem todas as condições para enunciar e aplicar o princípio da utilidade marginal.

5. Conclusão

A análise genética da atividade científica realizada neste trabalho, fundamentada primariamente na *Ontologia* de Lukács, demonstra a existência de uma inter-relação insuprimível entre a produção da ciência e a ontologia geral disseminada no cotidiano de um período histórico. Por um lado, uma concepção geral sobre o mundo natural e social é um pressuposto para a criação teórica e, por outro lado, as generalizações provenientes da ciência impactam a atividade social cotidiana ao sustentar ou negar as concepções fundamentais de mundo disseminadas na sociedade. Além dessa influência externa no desenvolvimento científico, a percepção de Bhaskar da atividade

76 KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, pp. 114-116.

77 BLAUG, M. Was There a Marginal Revolution? In: BLACK, R; COATS, A; GOODWIN, C (ed.). *The Marginal Revolution in Economics: Interpretation and Evaluation*. Durham: Duke University Press, 1973. p. 15-36, p. 13.
HOWAY, R. The Origins of Marginalism. In: BLACK, R; COATS, A; GOODWIN, C (ed.). *The Marginal Revolution in Economics: Interpretation and Evaluation*. Durham: Duke University Press, 1973. p. 15-36, p. 25.

78 KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, pp. 190-191.

79 HOWAY, R. The Origins of Marginalism. In: BLACK, R; COATS, A; GOODWIN, C (ed.). *The Marginal Revolution in Economics: Interpretation and Evaluation*. Durham: Duke University Press, 1973. p. 15-36, pp. 24-25.

científica como uma atividade de trabalho revela, nas próprias estruturas do pôr teleológico científico, a dependência desta práxis em relação ao estágio de desenvolvimento socioeconômico. Com efeito, os meios e objetos de trabalho na atividade científica – os elementos com os quais o cientista opera a atividade criadora – são uma herança social deixada pelas gerações anteriores.

A emergência do conhecimento sobre a esfera econômica na forma de ciência, ao contrário das ciências naturais, não tem a reprodução ideal do ser-em-si do objeto científico e legalidades objetivas como momento predominante das tendências de desenvolvimento do campo científico. Antes, cabe à teoria econômica responder apropriadamente às tarefas socioeconômicas prementes de sua sociedade e apontar os caminhos possíveis de solução, sustentando teoricamente as resoluções práticas e a reprodução das relações econômicas existentes. A essa função social da ciência econômica – função que justifica a autonomia desta atividade na divisão social do trabalho – o conhecimento da esfera econômica, a forma assumida pela teoria e suas particularidades são submetidos. Assim, a teoria econômica dominante em uma época histórica é aquela que mais favorece a reprodução socioeconômica, mas não necessariamente a que reproduz idealmente de modo mais correto o seu objeto. Abre-se a possibilidade para o êxito de teorias mistificadoras, meramente manipulatórias, etc.

Assim, a pesquisa na história do pensamento econômico deve seguir determinados caminhos metodológicos de modo a não subverter as características ontológicas de seu objeto. Ela deve ter um caráter *post festum*, não dedutivista, e investigar como o desenvolvimento socioeconômico produziu o campo de possibilidades tanto para a emergência quanto para disseminação dos paradigmas científicos e sua ciência normal. Isso implica, antes de tudo, revelar como aquela estrutura científica pôde responder apropriadamente aos problemas prementes da economia naquela época histórica. Também é necessário identificar a existência dos meios e objetos da atividade científica – a herança deixada pelas gerações anteriores – que tornaram possíveis a produção daquele corpo de conhecimento. É somente pela identificação deste campo concreto de possibilidades que pesquisas biográficas, análises acerca das características próprias da comunidade científica, etc, podem – e devem – ser realizadas sem implicar uma autonomia extrapoladora de elementos explicativos isolados.

Essas conclusões apontam que as causas das revoluções científicas sustentadas por Kuhn perdem seu poder explanatório no caso das ciências sociais e, em especial, no caso da ciência econômica. No entanto, a percepção do autor sobre a existência de desenvolvimentos descontínuos nas ciências – os momentos em que ocorrem, como um processo social, as revoluções científicas – captura corretamente os elementos presentes na Revolução Marginalista. Em especial, as categorias

de paradigma científico e ciência normal são indispensáveis para a compreensão da emergência e disseminação da economia marginalista.

6. Bibliografia

BHASKAR, R. *A realist theory of science*. Londres: Routledge, 2008.

_____. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. 3. ed. Londres: Routledge, 1998.

BLAUG, M. *Economic theory in retrospect*. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

_____. Was There a Marginal Revolution? In: BLACK, R; COATS, A; GOODWIN, C (ed.). *The Marginal Revolution in Economics: Interpretation and Evaluation*. Duham: Duke University Press, 1973. p. 3-14.

CIPOLLA (ed), M. C. *Historia Económica de Europa (2): Siglos XVI y XVII*. Barcelona: Editorial Ariel, 1979.

COATS, A. The Economic and Social Context of the Marginal Revolution of the 1870's. In: BLACK, R; COATS, A; GOODWIN, C (ed.). *The Marginal Revolution in Economics: Interpretation and Evaluation*. Duham: Duke University Press, 1973. p. 37-58.

DUAYER, M. Marx, verdade e discurso. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 35, n.1, pp. 15-39, 2001.

EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

HOWAY, R. The Origins of Marginalism. In: BLACK, R; COATS, A; GOODWIN, C (ed.). *The Marginal Revolution in Economics: Interpretation and Evaluation*. Duham: Duke University Press, 1973. p. 15-36.

HUTCHISON, T. The "Marginal Revolution" and the Decline and Fall of English Classical Political Economy. In: BLACK, R; COATS, A; GOODWIN, C (ed.). *The Marginal Revolution in Economics: Interpretation and Evaluation*. Duham: Duke University Press, 1973. p. 176-202.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

RUBIN, I. I. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. *An outline of the history of economic thought*. 2. ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005.

STEEDMAN, I. Jevons's Theory of Political Economy and the 'Marginalist Revolution'. In: *The European Journal of the History of Economic Thought*, Manchester, v. 4, p. 43-64, 1997.

STIGLER, G. The Adoption of the Marginal Utility Theory. In: BLACK, R; COATS, A; GOODWIN, C (ed.). *The Marginal Revolution in Economics: Interpretation and Evaluation*. Duham: Duke University Press, 1973. p. 305-320.